Associativismo luso nas terras das mangueiras: o Grêmio Literário Português e a Tuna Luso Caixeiral

Marcos António de Carvalho
CEPESE

UM SER HUMANO NA SITUAÇÃO DE IMIGRANTE, por mais proximidade ou laços estreitos que possua com o *habitat* dessa condição, passa a ter conflitos intrínsecos para a busca ora de pertencimento ao ambiente, ora pela intenção de recuperar o que Marc Augé designa por "lugar antropológico".[1] Os portugueses imigrantes, embora com a facilidade de uma língua comum e como integrante de um povo miscigenado, procuravam de várias formas reproduzir cenas e modos quotidianos de sua terra natal.

O imigrante que fez opção pela conformação de uma identidade dupla (lusa e brasileira) esforçou-se por ter, nessa condição de imigrante, a permanência de estilos de vida semelhantes aqueles de possuíam na sua terra de origem.

Por outro lado, identifica-se ainda o experimento de uma nova postura, adequando seu *modus vivendi* aos dosindivíduos da sociedade que agora os tinha adotado ou acolhido.

FIGURA 1. Exéquias por D. Carlos I, Rei de Portugal, na Catedral de Belém

Fonte: PARÁ. (Governador 1901-1909: Augusto Montenegro). Álbum do Estado do *Pará*. Paris: Chaponet,1908, p. 54.

1 AUGÉ, Marc. *O sentido dos outros*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 33.

Observa-se que tanto em um caso como em outro, eram diversos os momentos em que demonstravam fortes laços com a pátria. Seja com as lembranças das atividades quotidianas, seja com saudades da família, seja ainda o saudoso sabor da culinária típica.

Torna-se preponderante afirmar que a quase totalidade das atividades realizadas pelas instituições de carácter associativo luso não tinha apenas como propósito integrar os portugueses nas comunidades de acolhimento, mas sobretudo, partilhar entre os compatriotas as sociabilidades representativas mais vinculadas a Portugal. Procuravam através da música, da poesia, do teatro e da leitura vias para manter e valorizar a identidade cultural portuguesa.

As atividades desenvolvidas nos seios dessas associações lusíadas na Amazónia paraense assumem linhas específicas: a da filantropia[2] (a Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará, a Associação Vasco da Gama, a Liga Portuguesa de Repatriação, a Comissão Pró-Portugal), a da cultura e lazer (o Grémio Literário e Recreativo Português, a Tuna Luso Caixeral, o Grêmio Lusitano, o Grémio Dramático e Musical Português, a União Musical Luís de Camões) e as de interesse corporativo-comercial (a Câmara Portuguesa de Comércio e a Junta Federativa das Associações Portuguesas no Pará).

Mas vale destacar que as diretorias dessas entidades associativas eram majoritariamente compostas por membros da elite lusa paraense. Era evidente que as finalidades da filantropia normalmente eram direcionadas aos compatriotas desvalidos e/ou menos favorecidos. Entretanto, as associações constituíram mecanismos importantes na afirmação da comunidade no local de acolhimento.

O Grémio Literário e Recreativo Português

Após trinta anos da fundação do Gabinete Real de Leitura (GRL) no Rio de Janeiro (1837), o primeiro do país, fundou-se na antiga Santa Maria de Belém do Grão Pará o Grémio Literário e Recreativo Português (GRLP), a primeira entidade associativa lusa do Estado do Pará criada após a separação política administrativa entre Brasil e Portugal, ou seja, após a "independência".[3] Esta instituição, que foi fundada com o nome de Gabinete Português de Leitura, "foi o quinto entre os gabinetes de leitura".[4]

A história do associativismo luso no Brasil e no Estado do Pará foi marcada por uma variedade de instituições. Fossem elas com propósitos de cooperação, afirmação da comunidade portuguesa, de repatriamento, de assistência a saúde, de auxílio aos desvalidos e necessitados,[5] atividades de

2 Faz jus mencionar a fundação e instalação do primeiro hospital da Amazônia, o "Hospital Bom Jesus dos Pobres", atualmente Santa Casa de Misericórdia, por frei Caetano Brandão que nasceu em Loureiro, Oliveira de Azeméis, Comarca de Estarreja, no Distrito de Aveiro, sexto Bispo do Pará (1783-1789).

3 A partir de 1822, o imperador D. Pedro I passou a enfrentar fortes debates com relação a situação dos portugueses que viviam no Brasil independente. A polémica girava em torno da situação dos lusos que lutaram em defesa de Portugal e da situação da nacionalidade, não só dos portugueses que habitavam o país, como a do próprio imperador.

4 BRITO, Eugénio Leitão. *História do Grêmio Literário e Recreativo Português*. Belém: Gráfica Santo António Editora e Papelaria, 1994, p. 25.

5 Com a crise motivada pelo fim do período e da supremacia brasileira na exportação da borracha amazónica, sobretudo

recreação e lazer, não era apenas o benevolente espírito da cooperação e da assistência a seus compatriotas que estava em questão. Também tinham importância o convívio para amenizar saudades, as lembranças da terra de origem e amor a pátria.

A situação em que se encontravam neste lado do oceano Atlântico fazia com que os portugueses fossem acometidos pela sensação de isolamento dos parentes e amigos que ficaram a viver em Portugal. O Grémio Literário e Recreativo Português do Pará foi criado de acordo com os moldes do Real Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro:

> No intuito de se congregarem para matarem saudades da Pátria e do Lar, ou de se precaverem tendo onde se recolher em caso de doença, e ainda, com vontade de se elevarem pelo estudo, resolveram fundar as associações recreativas, de beneficência e os gabinetes de leitura.[6]

A entidade que é considerada acontecimento marcante para a história da cultura e do povo lusíada na Amazónia foi instituída com a denominação de Gabinete Português de Leitura (GRP), em reunião que se denominou de assembleia geral de fundação, realizada nas dependências da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará, no dia 29 de setembro de 1867 que foi presidida pelo senhor Francisco António Cardoso. No entanto, tinha ocorrido dois dias antes uma sessão preparatória da fundação deste Gabinete na qual foram tratados assuntos pertinentes ao funcionamento da futura instituição e resolução de questões que seriam definidas posteriormente, como é o caso do pagamento das joias pelos associados para sustento e manutenção das eventuais despesas.

Para Jorge Alves, a criação dos Grêmios no Brasil pode ser explicada porque:

> Foi essa necessidade de instrução, profundamente vivida, que levou a que os emigrantes exercessem no Brasil acções de ensino, dinamizadas através das organizações associativas, como, num exemplo entre tantos, a do "Grémio Literário e Comercial Português", no Pará, criado em 1867 e que assegurava aulas de português, francês, inglês, aritmética e escrituração comercial.[7]

O Estatuto do Grémio Literário e Recreativo Português de Belém apresenta dados que incompatibilizam com as datas apontadas por Eugénio Brito no quesito datas de alterações denominatórias da associação em questão. Acredita-se que o fato ocorre pela minuciosidade de Brito e pela generalidade propositada do referido estatuto. Consta no capítulo I:

---

em Belém, pessoas andavam a pedir auxílio nas casas comerciais para a compra de comida. No caso dos portugueses, era comum se dirigirem a casas de comércio lusas da cidade a solicitar auxílio.

6 BRITO, Eugénio Leitão. *Op. cit.*, p. 17.

7 ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros, emigração e retorno no porto Oitocentista*. Tese (doutorado em História) – Faculdade de Letras da Universidade de Porto, Porto, 1994, p. 258.

> Da Associação e seus fins
>
> Art. 1º – O GRÊMIO LITERÁRIO PORTUGUÊS foi fundado em 29 de setembro de 1867, alterado em 21 de setembro de 1906 para GRÊMIO LITERÁRIO E COMERCIAL PORTUGUÊS, e a partir de 25 de julho de 1973 foi alterado para a atual denominação "Grêmio Literário e Recreativo Português", regendo-se pelo presente Estatuto.[8]

Eugénio Leitão Brito, na sua *História do Grêmio Literário e Recreativo Português*, afirma não ter razões ou motivos que justifiquem a alteração do nome da instituição em 1906 para GLCP (Grêmio Literário e Comercial Português). Segundo ele, as atividades do grêmio era essencialmente culturais mesmo que mantivesse o ensino de escrituração comercial, tempos depois chamado de curso de contabilista. O fato de possuir atividades de ensino formal e preparatório para a atuação de trabalhadores no comércio fundamenta a alteração, mesmo que criticada, da denominação do Grêmio.

Na mesma sessão, a inaugural, do dia 27.09.1867, já começavam a ser delineadas as finalidades da futura instituição: "Os fins dessa sociedade são instruir seus associados nas línguas nacional e estrangeiras, procurar-lhes distração por meio de uma escolhida biblioteca e dos melhores jornais do país e estrangeiros".[9]

A primeira diretoria foi composta por Francisco António Cardoso, Fortunato Alves de Souza, António José da Silva Leite, Sebastião Augusto Gonçalves Pereira e Gualter José Ribeiro, conforme grafa a lápide comemorativa existente e afixada em parede na sede atual do GRLP em Belém.

Até a construção em que hoje se encontram suas instalações o Grêmio teve como sede prédios situados em outros locais. Consta como sendo o local de funcionamento da primeira sede social do Grémio Literário e Recreativo Português o imóvel pertencente a José Antunes Sobrinho com o endereço da Rua de Belém, número 1. A segunda sede funcionou no antigo Largo da Independência, atualmente denominado Praça D. Pedro II, sempre na condição de imóvel arrendado. É possível ainda ter existido um terceiro endereço para a sede social nas imediações entre a rua Senador Manuel Barata e rua 13 de maio, no primeiro andar do prédio onde funcionou o Café Albano.

Apenas em 1893, tem-se registro do pensamento dos associados em possuir uma sede social própria. Segundo Brito,[10] foi adquirido neste mesmo ano um prédio em ruínas e que depois viria ceder lugar a nova e atual sede do GLRP.

A atual e definitiva sede social do GRLP, situada à rua Senador Manoel Barata,[11] número 483, no bairro da Campina, foi inaugurada a 3 de abril de 1906.[12] Em solenidade pomposa, com direito a

8 BRITO, Eugénio Leitão. *Op. cit.*

9 *Ibidem*, p. 20.

10 *Ibidem*, p. 123.

11 A Rua Senador Manoel Barata naquela altura era conhecida como rua Nova de Santana, onde funcionou o hotel Leão de Ouro que ali funcionou até 1903, sendo demolido em novembro do ano seguinte para dar lugar ao prédio da sede social do GRLP.

12 Neste mesmo ano, 1906, foi elaborado por diversos autores o livro *AD FRATES*, que faz descrição do novo imóvel adquirido

desvelar a imagem do rei D. Carlos I, entre tantos que estiveram presentes encontravam-se a oficialidade da canhoneira lusa "Pátria" doada pela comunidade portuguesa do Pará por ocasião do Ultimato da Inglaterra a Portugal em 1890. As autoridades lusas e brasileiras estavam representadas pela presença do Cônsul de Portugal no Estado e do Governador, Dr. Augusto Montenegro. No dia seguinte, o Comendador António José de Pinho, natural de Oliveira de Azeméis, distrito de Aveiro, ofereceu um jantar em moldes festivos às autoridades que estavam na festa de inauguração.

Sobre a solenidade de inauguração, Eugénio Brito informa:

> Conforme estava marcado, às 8 ½ horas, presentes a oficialidade da "Pátria", as autoridades do Estado a que gentilmente prestou continências uma companhia da guarnição do vaso de guerra português comandada por um oficial, inúmeras senhoras e cavaleiros, a orquestra composta por 20 professores sob a regência do maestro Roberto Barros atacou o belo Hino no Português, início do programa que foi ouvido com religioso silêncio por toda a escolhida assembleia.[13]

Nos primórdios de sua vida institucional, no grémio, os sócios podiam optar pela categoria de contribuintes ou remidos, sendo efetivos ou contribuintes. Mas nota-se a preferência pela escolha da modalidade remida uma vez que efetuavam apenas uma contribuição, a qual tinha pagamento facilitado. Isso não tornava proibitiva a presença ou utilização do gabinete de leitura pelos portugueses, com poucas possibilidades financeiras, impedidos economicamente de participarem como sócios ou como usuários de alguns serviços mais específicos.

O pagamento das cotas dava sustentabilidade institucional e eram utilizadas para cobrir as despesas de expediente e de servidores. Não há dúvidas quanto ao aumento do quadro de associados após o clube criar o departamento de recreação. Todavia, a sociedade continuava a ser exclusiva aos portugueses.[14]

Como solucionar a questão da permissão dos brasileiros a esta associação?

> foi criado [um] club interno Jardim Portugal, destinados (sic) aqueles que não podiam ser sócios do grémio, mas ficavam com direitos de frequentar a sede campestre e social. Em 1973, com a transformação do Grêmio em associação Luso-Brasileira deixando de ser sociedade estrangeira, os sócios do Club Jardim Portugal que se extinguiu, passaram a ser sócios efetivos do Grémio Literário e Recreativo Português que nesta data passaria a ter esta denominação.[15]

pela agremiação e que teve seu lançamento no dia da inauguração.

13 BRITO, Eugénio Leitão. *Op. cit.*, p. 32.

14 Tal situação deve-se a questões jurídicas da inscrição do Grémio como sociedade estrangeira. Isto também foi definido pelo decreto 383 de 1938, assim sendo, não podiam ser admitidos sócios brasileiros.

15 BRITO, Eugénio Leitão. *Op. cit.*, p. 48.

No sentido e entendimento da difusão da cultura, conhecimento e informação através da leitura como uma das principais finalidades institucionais, faz jus o destaque para as ações de António José da Silva que começou uma "campanha" para executar essa tarefa que lhe foi confiada. Preparou-se então o espaço físico, dotando-o de mobiliário e iniciou a aquisição, seja pela compra ou pela doação, de mapas e livros. Segundo Eugênio Brito, António José da Silva "iniciou diligências junto a muitas pessoas, no sentido de obter a doação de livros que eram adquiridos fora de Belém, uma vez que o comércio livreiro da cidade ainda era muito fraco".[16]

A Biblioteca não tinha somente livros ou mapas, dispunha também, na última década do século XIX, de diversos jornais editados em Belém e em outras partes do mundo, destacadamente os de publicação portuguesa como: *Mala da Europa, O Século, Ilustração Portuguesa, O Dia, Diário Ilustrado, A Voz Pública, O Notícias e o Comércio do Porto.*

Uma parte deste espólio foi adquirida no comércio local, sobretudo junto a Livraria Clássica. Outras obras, de grande importância, foram compradas em Lisboa, acabando o editor António Maria Pereira[17] por se tornar grande parceiro comercial na compra de livros pelo GLRP. Sobre este assunto refere Eugénio Brito:

> A seguir vem a livraria de António Maria Pereira, ainda hoje existente em Lisboa, com três facturas datadas de 28.08.1868, com 86 volumes no valor de Rs101$020 (moeda portuguesa) que viajaram pelo vapor "Uruguai"; de 20.10.68, 217 volumes no valor de Rs367$530 pelo paquete "Verome"; 31.11.68, 124 volumes no valor de 215$260 também enviado pelo navio "Uruguai".[18]

A documentação desta instituição contém outras faturas de livros adquiridos a este fornecedor que passou a ter grande importância no processo de aquisição do acervo bibliotecário.

Foram ainda adquiridos mais livros de outro comerciante, Campos Júnior, proprietário de uma livraria de Lisboa. Na capital federal, o Rio de Janeiro, O GRLP também comprou mais um quantitativo de obras e ainda contou com doações para o acervo.

Entre diversos doadores, devem ser citados: o historiador João Lúcio de Azevedo, o livreiro Eduardo Tavares Cardoso, Domingos Pires Barreira, o Instituto Nacional do Livro do Brasil e Agostinho José de Almeida. Os doadores recebiam uma carta circular assinada por Silva Leite agradecendo a 'valiosa oferta' e a colaboração para o acervo da Biblioteca depois denominada Fran Paxeco.

Esta agremiação lusíada foi, e continua sendo, singular para a comunidade portuguesa nesta região do Brasil. Além das inúmeras obras do de seu acervo e a utilidade para toda a população, também se destacou na formação profissional de alguns filiados e seus familiares. Os cursos de língua e principalmente o

16 *Ibidem*, p. 51.

17 Devido a frequência das transações comerciais foi nomeado correspondente do Grêmio em Lisboa, em julho de 1868.

18 BRITO, Eugénio Leitão. *Op. cit.*, p. 53.

curso comercial formavam os jovens para a prática do comércio. Por muito tempo, os cursos foram exclusivos à comunidade lusa. Depois, abriram-se inscrições a alunos de outras nacionalidades.

O GRLP constituiu-se no único Gabinete Português de Leitura do Brasil com atividades na educação formal. "O Grêmio promovendo esse ensino, além de cumprir desde logo mais uma das finalidades para que foi criado, contribuía ao mesmo tempo para o desenvolvimento cultural de Belém".[19]

As primeiras aulas foram de português e escrituração mercantil, posteriormente foram lecionadas aulas de aritmética, francês, contabilidade, cálculo, inglês, geografia e datilografia, entre outras. Mas por sugestão do Cônsul de Portugal no Pará, Fran Paxeco,[20] foram as aulas avulsas que deram lugar ao curso de contabilista que foi estruturado em três anos de formação. As atividades de ensino foram mantidas de 1868 até 1951.

Entre os primeiros professores, figuram os nomes de Sabino Henrique da Luz, Roberto A. Moreira, A. Coutinho, Dr. Edgar da Serra Freire, Adalberto Lassance da Cunha, Manuel Paranhos Guimarães, Francisco Mendes Campos, Izaura de Farias Alves da Cunha, Margarida Monton dos Santos, Leônidas Sodré de Castro e Manuel Fran Paxeco.

Entre os anos de 1890 e 1915, o GLRP esteve sob a gestão das seguintes pessoas na presidência da Assembleia Geral e da diretoria, respectivamente:

- 1890: J. Gonçalves Medeiros Branco e Fernando Augusto da Silva
- 1891: Rodrigo Alberto de Brito Amorim e Fernando Augusto da Silva
- 1892: Rodrigo Alberto de Brito Amorim e Manuel Augusto Marques
- 1893: Rodrigo Alberto de Brito Amorim e Manuel José Teixeira
- 1894: Rodrigo Alberto de Brito Amorim e Alberto Alves da Motta
- 1895: Gregório Porfírio da Costa e Ricardo Ferreira Lopes (Alexandre Francisco O. e Souza[21] e Manuel Pereira Dias não tomaram posse por renunciarem ao mandato).
- 1896: Adolfo Braga e Francisco J. S. Araújo.
- 1897: Manuel João Gonçalves. O presidente da Diretoria não foi identificado.
- 1898: Manuel João Gonçalves e José Gomes da Cruz Silva.
- 1899: Ismael Hall e Hermenegildo Solheiro Júnior.
- 1900: Francisco Julio Pereira e Ricardo Ferreira Lopes.
- 1901: Domingos Pires Barreira e José Gomes da Cruz e Silva.

19 *Ibidem*, p. 69.

20 O nome Manuel Francisco Pacheco foi alterado oficialmente para Manuel Fran Paxeco (Cf. o *Diário do Governo* nº 268, de 25 de novembro de 1905).

21 Na base de dados das habilitações do Consulado português no Pará, uma das fontes de minha tese doutoral, na habilitação número 7.174 foi localizado Seraphin Ferreira de Oliveira e Souza, da freguesia de Vila Maior do Concelho de Santa Maria da Feira, Distrito de Aveiro. Comerciante, trabalhador da Firma Oliveira Souza e Cª, terá reemigrado ou retornado ao Pará pela segunda vez em fevereiro de 1886, a bordo do Vapor Anselm. Seu registro de habilitação é datado de 09.11.1903. Junto ao consulado não apresentou documentos apenas no lugar de papéis de identificação apresentou as testemunhas: Albano Augusto Martins, José Lourenço Pereira e Francisco Castanheiro.

- 1902: Domingos Pires Barreira e Joaquim da Silva Vidinha.
- 1903: Domingos Pires Barreira e Manuel Augusto Marques.
- 1904: José Maria Borges de Lima e Domingos Pires Barreira.
- 1905: José Maria Borges de Lima e Domingos Pires Barreira.
- 1906: Visconde Monte Redondo e Albino Coutinho Júnior.
- 1907: Visconde Monte Redondo e Albino Coutinho Júnior
- 1908: José Maria Borges e Albino Coutinho Júnior.
- 1909: Joaquim A. Lopes Martins e Manuel Augusto Marques.
- 1910: Melchior Mesquita Oliveira e Benjamim Pires.
- 1911: João Jorge Correia e José Cândido da Silva Osório
- 1912: Luís Danier Lobo e Emílio Correia do Amaral
- 1913: Henrique Eduardo Neves dos Santos e Manuel Rodrigues Pereira
- 1914: Mário Jorge de Pinho Castro e Norberto de Matos Almeida
- 1915: Adelino da Silva Gil e Norberto de Matos Almeida

Tuna Luso Caixeiral

O dia primeiro de Janeiro do ano de 1903 foi marcado com a fundação de mais uma instituição que continuava a destacar a expansão do associativismo português nestes lados da Amazônia oriental no Brasil. Esta data daria início a história da Tuna Luso Brasileira, com sede em Belém, capital do Estado do Pará.

O cruzador português, D. Carlos I, ancorado no cais do Porto de Belém, tinha entre os seus viajantes uma orquestra portuguesa a tocar fados que acabavam por embriagar de saudades os imigrantes lusos que viviam no Pará.

As músicas orquestradas faziam os portugueses relembrarem a vida nas cidades ou nas aldeias do país de origem em momentos junto a família e a outros patrícios. Tempo em que as aventuranças e as decepções estimulavam a partida rumo a terra das oportunidades. Sentiam-se muito bem motivados no projeto de melhoria das condições vida em novas terras. O momento era propício pois a Amazónia vivia o que para alguns historiadores era sua *belle* époque, proporcionada pela "simbiose" económica que a extração da *hévea brasilienses* oferecia as duas grandes metrópoles amazónicas: Belém e Manaus.

A ideia veemente defendida por um jovem caixeiro de nome Manuel Nunes da Silva e mais vinte de seus compatriotas tinha por finalidade alimentar um pouco do saudosismo musical típico das terras lusas. Reunidos em um café, a 13 de novembro de 1902, tomaram a decisão de criar um grupo musical. A partir de então resolveram associar-se em fundação da Tuna[22] Luso Ca xeiral.

22 A Tuna foi criada com o propósito de formar um grupo musical para a execução de músicas, principalmente, portuguesas, atividade que hoje é pouco conhecida para os paraenses que associam o nome Tuna apenas a equipe de futebol existente na capital do estado do Pará.

A escolha e composição do nome da entidade, passava a representar os amantes e tocadores de música, em especial a portuguesa nomeadamente os fados (Tuna), a nacionalidade associativa (Luso) e o grupo de comerciantes associados que, em maioria, eram caixeiros (Caixeiral).

A Tuna Luso Caixeiral tinha como flâmula um estandarte confeccionado nas cores da bandeira da monarquia portuguesa. Assim, sua bandeira era azul e branca. Ao centro estava montado um quadro vermelho que continha um símbolo musical (a clave do sol). O aspecto visual era condizente com o grupo executante de músicas, elemento que fundamentou a criação desta entidade associativa portuguesa em Belém.

Sua primeira diretoria foi composta por Manuel Nunes da Silva, presidente; Manuel Augusto Correia[23] e António Lobo, secretários.

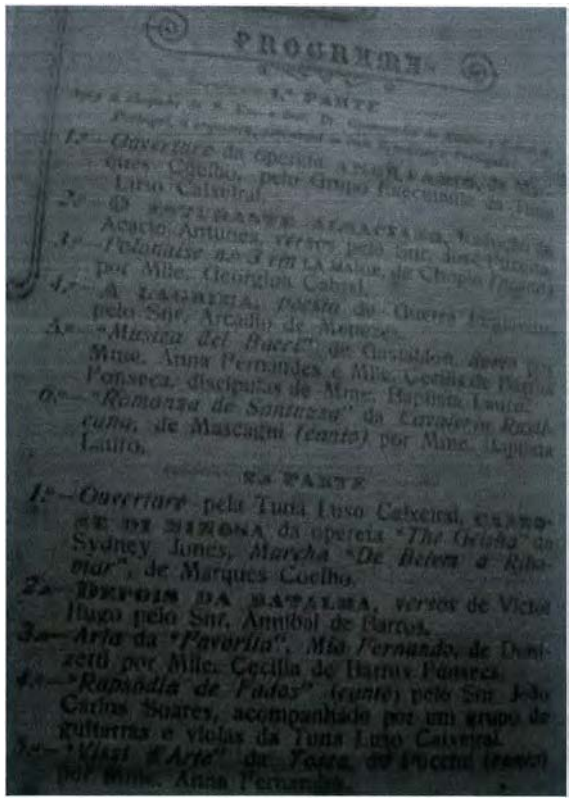
As apresentações musicais acabaram por ser, até 1906, a atividade principal a ser executada pela Tuna. A música lusa podia ser apreciada em diversas apresentações do grupo tunante que eram realizadas para a colónia portuguesa mas também para os brasileiros de Belém. Anualmente apresentavam-se nos bailes das flores e de carnaval, e não só: chegaram até a iniciar uma espécie de escola de danças de valsas e de outros de ritmos.

Cabe destacar também os "concertos" promovidos com caráter beneficente realizados para auxílio financeiro de algumas entidades. Foram plurais as apresentações glamourosas de cunho filantrópico que ocorreram no Teatro da Paz, a exemplo do realizado para a Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará e do hoje Hospital Ophir Loyola. Acrescenta Manoel Oliveira: "São hospitais, asilos, escolas e outros a baterem sempre às portas desta grande Tuna de portugueses e brasileiros e ela sempre a servi-los, visando única e exclusivamente o bem colectivo".[24]

No ano de 1906 foi criado dentro da Tuna Luso Caixeiral o departamento náutico. E na disputa da competição a 15 de abril chegou a vencer o páreo de honra denominado "imprensa de Belém" e ainda venceu a prova mais importante do programa náutico embora a equipe tivesse sido desclassificada.

23 Consta no corpo documental do Registro de Habilitações do Consulado Português no Estado do Pará, sob o número 718 que este imigrante era natural da freguesia de Frazidela, concelho de Mirandela, distrito de Bragança. Terá chegado ao Pará, pela primeira vez, em maio de1898, com 19 anos e feito habilitação consular apenas em 5 de julho de 1913, ou seja aos 34 anos, altura em que declarou ser viúvo.

24 OLIVEIRA, Manoel. *Tuna: sua vida e glória.* Belem: Smith Porduções Gráficas, 2003, p. 145.


PROGRAMMA

1.ª PARTE

1.º—Ouverture da opereta ANGELARIA, de Sousa Cigello, pelo Grupo Executante da Tuna Luso Calxeral.

2.º—O SOLDADO ALMACHADO, versos pelo Snr. Acacio Antunes, versos pelo Snr. José Oliveira.

3.º—Polonaise n.º 3 em LA maior, de Chopin (piano) por Mlle. Georgina Cabral.

4.º—A LAGARTIXA, poesia de Guerra Junqueiro pelo Snr. Arcadio de Menezes.

5.º—"Musica del Buen", de Cavallotti, duets por Mme. Anna Fernandes e Mlle. Cecilia de Barros Fonseca, discipulas de Mme. Hapunta Lauro.

6.º—"Romanza de Santuzza" da Cavalleria Rusticana, de Mascagni (canto) por Mme. Hapunta Lauro.

2.ª PARTE

1.º—Ouverture pela Tuna Luso Calxeral, CLARO-DE DE LUNA da opereta "The Geisha" de Sydney Jones, Marcha "De Belem a Ribeiro", de Marques Coelho.

2.º—DEPOIS DA BATALHA, versos de Victor Hugo pelo Snr. Annibal de Barros.

3.º—Aria da "Favorita", Mio Fernando, de Donizetti por Mlle. Cecilia de Barros Fonseca.

4.º—"Rapsodia de Fados" (canto) pelo Snr. João Carlos Soares, acompanhado por um grupo de guitarras e violas da Tuna Luso Calxeral.

5.º—"Kissi d'Arte" da Tosca, de Puccini (canto) por Mme. Anna Fernandes.

FIGURA 2. Programa do Espectáculo Beneficente em prol da Cruz Vermelha Portuguesa

Fonte: COLONIA PORTUGUEZA (PA). *Grandioso festival em benefício da Cruz Vermelha de seu paiz* [s.l: s.n] [1915?]. Biblioteca Pública Arthur Viana, secção de obras raras, Belém-PA.

Com o surgimento do departamento náutico do clube foi incorporada, emsua flâmula, a Cruz de Malta representando as conquistas tunantes nas competições náuticas. Fazia referência das embarcações das cruzadas que, contendo a cruz em suas velas, saiam em busca da reconquista das terras em poder dos mouros. Os remadores tunantes então ganham fama pelas frequentes vitórias. Na garagem mantida na rua de Siqueira Mendes faziam arrumação dos velozes barcos de corrida em cujas proas eram ostentados nomes de rios, quer de Portugal continental quer ultramarino: Rio Tâmega, Rio Alva, Rio Lima, Rio Zaire, Rio Tejo, Rio Minho, entre outros.

No ano de 1915, a Tuna fundou seu primeiro time de futebol e estreou na categoria de amadores, mantendo-se nesta categoria até o ano de 1935. O primeiro uniforme do time futebolístico, era assim descrito: "camisa branca, tendo sobre o peito uma cruz de malta, em vermelho, flâmula branca cortada em quatro por faixas azul claro, tendo ao centro uma cruz de malta em vermelho, calça preta (calção) e chapéu (gorro) branco".[25]

25 *Ibidem*, p. 186-7.

No ano seguinte, 1916, o nome da associação foi alterado, passando a denominar-se Tuna Luso Comercial.[26] Atualmente, o clube associativo possui a terceira denominação datada de 1968 quando passou a ser Tuna Luso Brasileira.

Apesar do estudo priorizar apenas duas entidades associativas, outras também foram importantes organismos representativos dos lusíadas no Pará: Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente (08.10.1854), Associação Vasco da Gama (20.05.1898), Liga Portuguesa de Repatriação (21.07.1908), Comissão Pró Portugal (03.12.1914), Câmara Portuguesa de Indústria e Comércio (22.06.1917), Junta Federativa das Associações Portuguesas (15.03.1920), Centro Loriguense (04.07.1937), Centro Penelense (1940), Centro de Ação Filantrópica e Cultural (15.10.1977), Centro Beneficente Laborinense (06.11.1977).

O Grêmio Literário e Recreativo Português e a Tuna Luso Brasileira, representaram bem mais que uma entidade que procurou congregar a comunidade portuguesa de Belém do Pará.

O antigo Gabinete de Leitura, o Grémio, constituiu-se em uma espécie de associação-mãe. Durante décadas serviu de sede para reuniões, não só das atividades inerentes ao Grémio como de tantas outras entidades e órgãos ligados a comunidade lusa (abrigara o Consulado de Portugal no Pará, cedera espaço a reuniões da Tuna Luso Caixeiral, das comissões festivas e de auxílio). Estendeu as funções do seu Gabinete de leitura e prestou serviço educacional com cursos que visavam a qualificação de trabalhadores para o comércio, aulas de línguas e dança, entre outras.

A Tuna Luso, além do caráter associativo, destacou-se por atividades relacionadas ao lazer: seja nas apresentações e bailes dançantes do grupo executante de músicas, seja nos torneios desportivos de competições náuticas e futebolísticas.

Através das associações os portugueses oportunizaram não só a confraternização entre os seus conterrâneos: formavam e ampliavam laços de amizades, afirmavam suas identidades, defendiam interesses de um grupo específico ou de toda a coletividade. Buscavam nas entidades preencher, ou fazer com que fossem preenchidas, as lacunas da assistência e da prestação de serviços. Procuravam suprir a 'falta' de apoio a suas necessidades sociais, o que ocorria pela ausência ou negligência dos poderes constituídos do Brasil e das autoridades portuguesas aqui representadas. Sobre o desamparo e as possibilidades ao participar de uma associação, Roberto Sousa afirma:

> Distantes fisicamente da terra natal e sem o apoio incisivo estatal português, os imigrantes portugueses sentiam-se desamparados e expostos às vicissitudes que a vida em um novo país impõe. A possibilidade de contatos com patrícios era adequado para mobilizar interesses vinculados à cultura, trabalho, saúde, lazer e negócios.[27]

26 Nesta altura o título de Presidente de Honra cabia ao Chefe de Estado da Nação Portuguesa.

27 SOUSA, Roberto Ribeiro de. "Imigração portuguesa, identidade e representação geográfica: o lugar da casa regional no movimento associativo luso-brasileiro". *Revista Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro – UERJ, nº 22, 2007, p. 54.

Fontes

BRASIL, Francisco de Assis. *O Pará e a colónia portuguêsa*. Belém: Typ da Livraria Gillet, 1920.

COLONIA PORTUGUEZA (PA). *Grandioso festival em benefício da Cruz Vermelha de seu país*. Biblioteca Pública Arthur Viana, secção de obras raras, [s.l: s.n], Belém-PA, 1915.

Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros, emigração e retorno no porto Oitocentista.* Tese (doutorado em História) – Faculdade de Letras da Universidade de Porto, Porto, 1994.

AUGÉ, Marc. *O sentido dos outros.* Petrópolis: Vozes, 1999.

BRITO, Eugénio Leitão. *História do Grémio Literário e Recreativo Português*. Belem: Gráfica Santo António Editora e Papelaria, 1994.

_____. *Os portugueses no Grão Pará.* Belém: Conselho da Comunidade Luso-Brasileira do Pará, 2000.

FERREIRA, Marie-Jo. *Os portugueses do Brasil, atores das relações luso-brasileiras, fim do século XIX – início do século XX*. Disponivel em: <http://wwwo.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/quartas_no_arquivo/2007/palestra_MarieJoFerreira.pdf.> Acesso em: 14 jun. 2011.

FONSECA, Vítor da. "Beneficência e auxílio mútuo no associativismo português: Rio de Janeiro, 1903-1920". In: PADILLA, Beatriz; XAVIER, Maria (org.). *Revista Migrações* – Número temático "Migrações entre Portugal e América Latina", Lisboa, nº 5, out. 2009, p. 221-237

GRASSI, Marzia; MELO, Daniel. *Portugal na Europa e a questão migratória: associativismo, identidades e políticas públicas de integração.* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2007.

OLIVEIRA, Manoel. *Tuna: sua vida e glória.* Belem: Smith Porduções Gráficas, 2003.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. "Associativismo em contexto migratório". In: HORTA, Ana Paula Beja (org.). *Revista Migrações* – Número temático "Associativismo Imigrante", Lisboa, nº 6, abr. 2010, p. 39-58.

SOUSA, Roberto Ribeiro de. "Imigração portuguesa, identidade e representação geográfica: o lugar da casa regional no movimento associativo luso-brasileiro". *Revista Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro – UERJ, nº 22, 2007, p. 54-66.